

2

A cidade letrada

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

JACQUES LE GOFF, *Memória/História*.

2.1

A missão dos jornais

Quinta-feira, 2 de junho de 1892. O editorial de inauguração da *Gazeta de Petropolis* anuncia:

Missão - A Gazeta de Petropolis solicita um lugar ao lado da imprensa fluminense, que tem batalhado pelo progresso da humanidade e da pátria, que tem heroicamente sustentado os direitos do povo e, à sombra da bandeira da liberdade, pregado o respeito á lei e a observancia do dever. Sua missão é ocupar-se só e exclusivamente de assumptos que possam contribuir para a instrucção do povo, para estreitar os laços da confraternidade, para robustecer a crença no futuro, para firmar os alicerces do edificio da republica.

Muito antes da propagação da informação, nota-se que o jornal petropolitano se incumba de uma tarefa de amplo alcance: batalhar, juntamente com a imprensa fluminense, pelo progresso da humanidade e da pátria (nessa ordem). Como elemento de um exército de cunho positivista cuja bandeira é a observância do dever e a propagação do respeito à lei, defende a crença no futuro e na República. O futuro como progresso tem na nova instituição política, e na imprensa, os seus arautos. Por sua vez, Petrópolis, como terceira localidade mais importante do Estado, (depois do Rio, capital federal, e de Niterói, capital do

Estado do Rio), por fatores decorrentes da movimentação social iniciada com a instalação do Palácio Imperial, da colonização alemã (mão-de-obra qualificada para o trabalho artesanal), de fatores naturais (abundância de água, o que favorecia o abastecimento da cidade e a geração de energia) e da rede ferroviária²⁹, detinha pré-requisitos para ostentar posição econômica e social privilegiada não somente diante do Rio, mas também do país.

De fato, analisando-se brevemente o quadro econômico da capital, toda a região fluminense conquistara considerável prosperidade, a partir da segunda metade do século XIX, em função do crescente desenvolvimento da cafeicultura e de sua afirmação como principal atividade econômica do país. O plantio de café representava o setor dinâmico da economia nacional e as fazendas do Rio, na segunda metade do século XIX, produziam 78% do café brasileiro, enquanto as propriedades rurais de São Paulo, apenas 12%. Para se entender o alcance desses números no cenário mundial, em torno de 1860, cabia ao Brasil a colheita de 51% dos grãos cultivados no mundo, percentual que salta para 57% nas últimas décadas daquele século. Paralelamente a esse fator, o crescimento da participação da mão-de-obra assalariada na cafeicultura – acentuada com a elevação do preços dos escravos desde o arrefecimento do tráfico e a imigração européia – criara um mercado interno para produtos industriais de preços baixos, o que atraiu capitais para as empresas que se destinavam a suprir essa crescente demanda (ALMEIDA, 2001: 16).

Como os excedentes financeiros provenientes da cafeicultura tendiam a ser reaplicados na sua própria expansão e nos setores secundários e terciários vinculados a ela, fortaleceram-se, assim, as incipientes indústrias de produtos alimentícios, de tecidos de algodão, bebidas, madeira, móveis, fumo, charutos e cigarros, artigos de couro, roupas e chapéus. Muitos desses empresários eram imigrantes que tentavam utilizar a sua experiência artesanal anterior. Mesmo com as dificuldades de importação, fábricas e pequenas indústrias obtiveram créditos e compraram no exterior a maquinaria e o equipamento necessários para seu

²⁹Em 1883, a Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, concessionária do prolongamento da Estrada de Ferra Mauá até Petrópolis, inaugura o inovador sistema de cremalheira (roda dentada que auxilia o trem no plano inclinado). Os vagões passam então a alcançar o Alto da Serra, a 842 metros de altitude, após seis quilômetros de subida. Em 1886, o trem já alcançava os atuais municípios de Areal e São José do Vale do Rio Preto, fazendo baldeações nas estações Meio da Serra, Petrópolis (onde fica atualmente o terminal rodoviário, no centro da cidade), Cascatinha, Nogueira, Itaipava e Pedro do Rio, construídas no município.

fortalecimento. Já na última década do século XIX, a imigração européia para o Brasil, atraída em parte pelo desempenho favorável da economia, e pelo futuro potencial do país, constitui-se em fator preponderante para o progresso e a industrialização, que progride com base na substituição das importações (ALMEIDA, 2001: 18).

Em Petrópolis, colônia predominantemente alemã, nesse mesmo período já se vêem pequenas fábricas e oficinas, o que ocorre, em parte, como consequência da “qualificação do colono alemão” (MARTINS, 1983: 13) e de fatores como a movimentação social na cidade, a rede ferroviária e os recursos hidráulicos. No período, o mercado interno nacional “fortalecia-se com o aumento do número de assalariados brasileiros e imigrantes, (...) o valor da moeda caía para a compra de produtos importados e a mão-de-obra barata afluía não apenas das áreas rurais, mas também de Portugal e da Itália” (NEEDELL, 1993: 31). É importante ressaltar que entre 1835 e 1855 entraram no Brasil 366 mil imigrantes. Posteriormente, entre os anos de 1856 e 1905, este número assume proporções assombrosas: chegam ao país 2,12 milhões de imigrantes.

Como a maior concentração industrial se localizava no Rio de Janeiro, em função do tamanho de seu mercado urbano e das facilidades de transporte para as províncias vizinhas, a crescente imigração e a conseqüente urbanização introduzem novas forças sociais, fortalecendo as camadas médias urbanas e fazendo aparecer os primeiros movimentos operários e de pequenos agricultores. Nos últimos vinte anos do século XIX, o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro propiciou o surgimento de uma camada urbana de setores médios, principalmente profissionais liberais, burocratas subalternos, empregados de escritório, pequenos lojistas e operários. Contudo, apesar das transformações na qualificação da mão-de-obra, do incremento tecnológico e do cosmopolitismo da capital, a estratificação social foi pouco alterada: permanecia como detentora do poder político a elite agroexportadora, cuja essência era semelhante à da classe dominante de períodos anteriores, quando a mineração e a cana-de-açúcar prevaleciam como atividade econômica.

Republicanos e abolicionistas consentiam em ressaltar os danos impostos aos negócios, à indústria e à mobilidade social pela elite agrária moldada no período monárquico. A causa abolicionista ia mais fundo, porque investia contra o ponto nevralgico da Monarquia, a escravidão, um dos fundamentos da centenária

estrutura latifundiária (tanto aquela dominada pelas elites antigas, quanto pelas novas), e por isso atraía elementos urbanos da nação. No entanto, se para as camadas médias urbanas do Rio era imprescindível a derrubada dos representantes políticos dos fazendeiros e também dos comerciantes portugueses – considerados para os defensores do jacobinismo “usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros, através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel” (CARVALHO, 1987: 21) – para a elite rural interessava a manutenção da hegemonia política e econômica.

O impacto negativo do Encilhamento, a queda do preço do café, a falta de mão-de-obra e o desgaste das terras cultivadas no Rio concorreram para a ascensão ao poder da elite paulistana. Esse momento, que coincide com o governo de Campos Sales (1898-1902), início do período aqui pesquisado, encontrará esta elite fortalecida por iniciativas do governo federal que buscavam fortificar as oligarquias estaduais e, assim, neutralizar as forças urbanas que se agitavam na capital, enfraquecendo eventuais ímpetos revolucionários das camadas médias. “A política começou a girar em torno dos dois pólos mais fortes, o do governo federal (...) e o dos estados, (...) máquinas políticas locais controladas pelas elites. (...) Perderam influência o setor médio urbano e os militares radicais (...)” (NEEDELL, 1993: 38). Ganhou forma, assim, a “política dos governadores”, amparada por um Congresso formado por deputados selecionados a dedo pelo governo central e em harmonia com os interesses das oligarquias estaduais.

Não obstante os fatores econômicos desfavoráveis à plena expansão da indústria no Estado do Rio, em Petrópolis se delineava um quadro industrial promissor. Segundo o *Almanak Laemmert* de 1880³⁰, observa-se um desenvolvimento agro-industrial e comercial representativo na cidade. Por esta fonte contamos dezenas de negociantes de secos e molhados, quatro olarias (o que indica um substancial mercado de construção civil), duas fábricas de tecidos de algodão, cinco fábricas de cerveja, uma fábrica de queijos, quatro fábricas de carroças, dezenas de carpinteiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates, oficinas de ourivesaria e de relojoaria, fábricas de charutos, oficinas e lojas de calçados. O *Almanak* de 1881 registra que a população, de 10 mil moradores, chega a 16 mil ao longo do verão (IPANEMA, 1950: 32).

³⁰<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1880>.

A pesquisadora Ismênia de Lima Martins, da Universidade Católica de Petrópolis, em trabalho sobre a vocação industrial da cidade, avalia como fatores positivos para tal tendência a regularidade da comunicação com o Rio, o que facilitava o escoamento da produção e a compra de matérias-primas; a salubridade, o que impulsionava os moradores da capital a se refugiarem em Petrópolis contra as pestes que assolavam o Rio, no verão; a abundância de água e a topografia da cidade, que facilitavam a produção de energia para alimentar as indústrias, e o custo de vida inferior ao da capital. Fatores imprescindíveis para o desenvolvimento dos estabelecimentos fabris (principalmente no segmento têxtil), responsáveis “pelo destaque petropolitano no quadro geral da indústria brasileira. A sua capacidade instalada, mão-de-obra empregada, qualidade de matéria-prima absorvida e valor da produção determinariam a forte concentração que ocorrerá nestes itens” (MARTINS, 1983: 34).

Tais características, como explicam os historiadores Marcelo e Cybelle de Ipanema, somadas a fatores como a fixação da corte e, posteriormente, da capital federal na serra, e de todo o mundo sociocultural que as acompanhavam, além da presença do colono estrangeiro, abriram possibilidades para garantir um público leitor para os jornais da cidade, público esse incrementado pela população flutuante de níveis sociais e culturais elevados.

O outro elemento indispensável à existência de publicações periódicas – renda, recursos financeiros – o município bem cedo começou a oferecer. Afora a originada pelos consumidores, leitores de jornais e revistas – assinatura e venda avulsa – (...) a receita das folhas provinha de publicidade: tal como acontecia no país, anúncios individuais ou de estabelecimentos que o município possuía, através das múltiplas atividades em que desenvolvia sua vida – o que hoje designamos por classificados (IPANEMA, 1950: 32).

Diante de um público leitor elitizado e supostamente cosmopolita, visto que Petrópolis se constituía centro urbano de circulação social privilegiado para a classe aburguesada do Rio, a imprensa da cidade se investia da responsabilidade de propagar assuntos de interesse não somente local. A presença de literatos e de nomes de prestígio na imprensa do Rio como Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Affonso Celso, Osório Duque Estrada, Souza Lima, Ângelo Agostini (IPANEMA, 1950) nas folhas e revistas petropolitanas, desde o Império,

comprova a preocupação em atrair leitores sofisticados e em conferir prestígio àqueles veículos e à cidade que os acolhia. A sobrevivência desses periódicos era garantida pela publicidade: estabelecimentos comerciais, profissionais liberais, venda de produtos e oferta de empregos ocupavam quase metade das páginas dos meios, impressos em oficinas tipográficas da cidade³¹.

Retomando o editorial da *Gazeta de Petropolis* (que circulou entre 02/06/1892 e 28/12/1904), observamos que sua missão conferia à imprensa o dever de firmar os alicerces da República, e de propagar o sentido de futuro como evolução da sociedade, evolução que deveria ser garantida pela instrução do povo e por laços de confraternização, não de discórdia. Nesse sentido, a missão tutelar da elite, outrora monárquica, agora republicana, não encontraria obstáculos, até porque eram inúmeros os nomes da política que permaneceram no poder, mesmo com a passagem de um sistema político para o outro. Contudo, tal ensejo não ignora a complexidade das transformações por que passava o país, principalmente o Rio, centro administrativo, político, econômico e cultural. Como salienta José Murilo de Carvalho,

O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do Sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado de café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Para os que controlavam o setor mais poderoso da economia (exportação) e para os que se preocupavam em manter o país unido, tornava-se urgente acabar com a instabilidade política (CARVALHO, 1987: 31).

Assim, pela leitura do editorial pode-se afirmar que a imprensa reconhecia o poder de sua função opinativa, de sua postura como condutora de diretrizes. As linhas do texto também permitem que se perceba que, para aqueles homens de letras, o jornal não poderia, ou tampouco deveria, se abster de conjecturas sobre os rumos da nação. Ainda que a República não se tivesse fixado sobre sólidos

³¹Segundo Elisabeth Torresini, a produção editorial brasileira, antes de 1900, “apesar da existência de algumas casas editoriais, não passava de uma atividade por vezes secundária de grandes livrarias que se dedicavam a alguns autores nacionais consagrados” (TORRESINI, 1999: 32). Sendo assim, os principais editores do século XIX no Brasil eram os imigrantes franceses Laemmert, Garnier e o imigrante português Francisco Alves (ANDRADES, 2001: 37).

alicerces sociais, políticos e econômicos, aqueles porta-vozes compreendiam que sua missão era defender os ideais da correção, mais autoritários e tutelares que democratizantes e libertários. Como em Petrópolis se vivenciava um quadro social à parte de atribulações, a realização desses ideais se convertia em algo plausível, palpável, possível.

A rotina da cidade não era desestabilizada pelas vivências de choque da metrópole. Ali os homens de letras lançavam um olhar crítico para a realidade, mas na cidade mantém-se, para o orgulho e a satisfação de quem a frequenta, uma rotina de paz e de tranquilidade. Em síntese, vivia-se em Petrópolis com os olhos voltados para o Rio, porém sob a proteção de uma aura de superioridade européia que encobria a cidade e a mantinha resguardada. Tal comportamento revela o quanto Petrópolis estava vinculada ao imaginário da nação – diga-se, da classe hegemônica que se desejava sua representante – como cenário ideal para a efetivação da preponderância absoluta do belo e da harmonia. O fato de o imperador ter vivido na cidade que levava seu nome por 40 verões, e de o cortejo social que o acompanhava ter inaugurado um movimento de significação classista que não arrefeceu no novo regime, pode ser analisado sob esse aspecto. Enfim, se havia, para a elite política, um local onde se refugiar do que não se queria ver, ou do que não se sabia como transformar no país, pela ausência de organização política da sociedade, esse local era a cidade serrana.

Vale também ressaltar que o período que compreende a pesquisa aqui desenvolvida (governos republicanos de Campos Sales e Rodrigues Alves, de 1898 a 1906) abarca cinco anos da atuação de Petrópolis como capital do Estado do Rio (a cidade serrana foi capital de outubro de 1894 a agosto de 1902). Tal condição promoveu importantes transformações na cidade, que colaboram para sua edificação simbólica como porto seguro e seletor. Durante o período, o Banco Constructor do Brasil financia a substituição da iluminação pública a querosene por iluminação elétrica e a instalação de rede de distribuição de água potável para as residências e o comércio; inúmeros prédios públicos são construídos; os moradores da cidade vêem circular por suas ruas o primeiro automóvel, em 1901 (FILHO, 2002: 11). Petrópolis também se converteu em sinônimo de estabelecimentos de ensino de qualidade, para uma classe privilegiada, uma vez que lá funcionaram internatos como o Notre Dame de Sion, para meninas, e o São

Francisco de Paulo, para meninos, instalados em períodos distintos no Palácio Imperial após a proclamação da República.

Se a instalação do centro político e administrativo do Estado na serra promovera a prosperidade e contribuía para a consolidação da imagem de Petrópolis como urbe moderna, enquadrada nos ditames do bom gosto, a imprensa que dali brota igualmente promoverá discursos de afirmação dessa ordem. Imbuídos dessa atribuição, os jornalistas da cidade se armam de conceitos racionalizantes e de palavras de impacto para confirmar a importância de sua ação como sensores sociais. O editorial da *Tribuna de Petropolis*, inaugurada em 1902, quando a capital já havia sido transferida para Niterói, confirma a convicção da imprensa em seu poder como formadora de opiniões:

O nosso objetivo – Muito se tem discutido ultimamente a utilidade da imprensa nas democracias...O fato é que a imprensa entre os povos livres e altivos é arma poderosissima, bello e reluzente instrumento cirurgico, capaz de operar milagres em beneficio do organismo social ou de nelle causar os maiores desastres (...) quanto a nós- que hoje nos apresentamos à culta população desta cidade (...) havemos de affastar de nossas colunas tudo que não se relacione com o bem-estar e o progresso (...) Só nos preocupará o interesse publico (...) não nos cançaremos em pugnar pela prosperidade desta formosa e encantadora Petropolis (...) que devia ser cuidada por todos os fluminenses, por todos os brasileiros. Infelizmente parece, assim, não vae succedendo. Inda há pouco della arrancaram a capital do Estado... (*Tribuna de Petropolis*, 9/10/1902).

Ao autodefinir-se como instrumento cirúrgico, capaz de operar milagres ou desastres, a imprensa confirma sua função de legitimadora do poder, cumprindo o papel de disseminar os ideais de cunho positivista da República. Por intermédio de discursos unificados, ainda que divergentes entre si (a *Gazeta* e a *Tribuna* disputaram espaço político e comercial durante os dois anos em que circularam simultaneamente, até a falência da primeira), os jornalistas se assumem como porta-vozes da elite, homens-memória com a missão de selecionar o que deveria ser lembrado, ressaltado, e de omitir o que se queria esquecido, em prol do bem-estar público. Como afirma Marialva Barbosa,

Numa sociedade recém-saída da Monarquia, onde é emergente a formação de uma nova ordem dinâmica capitalista, as divergências, rivalidades e dualidades são múltiplas. Mas, a par disso, há todo um

projeto de criação de uma estrutura de poder, onde as lutas entre os grupos dominantes afloram para o restante da sociedade. Há também o projeto comum de disseminação de uma nova visão de mundo, e é nessa intenção que os periódicos assumem o seu papel emergencial. A sociedade política depende das instituições da sociedade civil, onde os jornais se incluem, para divulgar o simbolismo da recém-criada República (BARBOSA, 2000: 106).

Na condição de relatos disseminadores do poder de uma elite republicana tutelar, as narrativas midiáticas anunciadas pelo texto inaugural dos periódicos prenunciam discursos “engessados”³², incapazes de promover a libertação social. Por ser doutrinária, essa imprensa não contará histórias, não dará conselhos, como nos ensina Walter Benjamin, pois aniquilará a disseminação da experiência, elemento primordial da função utilitária da narrativa. Como documentos propagadores da verdade, amparados por testemunhas dos fatos, dos acontecimentos, os textos jornalísticos reforçarão a imagem ideal da cidade, que deverá ser objeto de culto e de proteção não somente da parte de seus moradores, mas também de todos os brasileiros, como salienta o texto. O narrador, revestido de uma função sacerdotal, deixa claro que se dirige ao leitor culto, que juntamente com ele irá moldar o imaginário de Petrópolis aqui observado.

Mas, esse narrador não transmitirá conselhos, “o conselho tecido na substância viva da existência” (BENJAMIN, 1985: 200). Atrelado à técnica, seu ofício assume a forma de mais uma engrenagem na linha de produção do capitalismo moderno. Nesse contexto, a narrativa midiática amparada na informação faz do acontecimento em si o alicerce do discurso, agora pautado na verificação factual, voltada para o presente. “Quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação”, completa Benjamin (1985: 203). Ao selecionar o que deve ou não ser divulgado, estabelecendo a dialética entre lembrança e esquecimento, o jornalista abandona a experiência para adotar a informação como paradigma de um discurso engajado a seus ideais doutrinários, reguladores. Retomamos Marialva Barbosa,

³²O termo faz alusão ao conceito de “narrativas atrofiadas”, que o professor e pesquisador Fernando Resende analisa em sua tese de doutoramento intitulada (RESENDE, 2002). Segundo ele, as narrativas jornalísticas atrofiadas, entre outras definições desenvolvidas na tese, são aquelas que privilegiam o fato e não o processo em que ele se dá. Em função disso, essas narrativas disseminam discursos atrofiados, engessados, aqui entendidos como doutrinários e reguladores.

O presente selecionado é reconstruído e aprisionado em impressos, fixados para o futuro, constituindo-se, dessa forma, numa seletiva memória. A sua fixação, por outro lado, passa a se dar também através de imagens, que procuram mostrar-se como a reprodução mais fiel da realidade e, portanto, como um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva. Se a imagem guarda essa relação no que diz respeito à fixação da lembrança, a escrita, por outro lado, confere à memória um caráter oficial, uniformizador e, ao mesmo tempo, doutrinador. A memória coletiva organizada resume a idéia que a sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor. Ao silêncio ou à memória silenciada e à esquecida contrapõe-se, portanto, outra, publicada e oficializada (BARBOSA, 2000: 135-136).

Documentos e lugares de memória, os textos editoriais nos mostram que a narrativa midiática, como representação, constrói a memória coletiva menos pela transmissão da experiência que pela edificação de ideais e de mitos condutores do imaginário individual e coletivo. O mito da cidade ideal costurado pela cidade letrada promove, entre trocas e negociações impetradas pelos agentes sociais, a formatação de uma identidade conciliadora e confortadora, para a classe aburguesada do Brasil naquele momento. Nesse sentido, a narrativa dos meios de comunicação permite a realização de um projeto pautado na concepção de um espaço privado repleto de elementos de identificação. Seja o passado monárquico, seja a marca da colonização européia, ou ainda a eleição como rota de fuga, o fato é que Petrópolis permeou-se de configurações simbólicas que responderam a um desejo coletivo de diferenciação para um grupo social privilegiado política e economicamente.

Quem vem lá? É de paz. Brandou a sentinella e murmuramos nós. A sentinella é a população de Petropolis: o nós somos o rabiscador destas linhas (...). E o que mais é, um jornal que não visa viver as expensas deste ou daquele mandão de aldeia, deste ou daquele arlequim (...) um jornal que tudo espera do favor publico, do amparo do povo, a quem exclusiva e firmemente se consagra, e que sempre o verá defensor de seu direito, propugnador de sua grandeza, batalhador da boa causa: o saneamento moral da sociedade (Editorial de lançamento da *Gazeta Fluminense*, 5/02/1905).

Ao se definir como defensora do direito do povo e do saneamento moral da sociedade, a imprensa se baseia nos ideais de ordem e progresso para legitimar-se, pela representação da realidade, como prática e lugar social. Lugar privilegiado onde se travam as lutas pelo poder, o jornal é cenário da disputa pelo direito de falar pelo grupo, pelo domínio da condição de porta-voz da sociedade. Ainda que os discursos sejam diferenciados pelos interesses particulares de cada veículo, a disputa pela autoridade uniformiza, em certo sentido, essa fala, mesmo recheada de contradições internas. É como nos diz Marialva Barbosa, “é preciso ver os discursos que formam uma

imagem do grupo como relatos repletos de intencionalidade onde o autor (...) forja a identidade do grupo” (BARBOSA, 2000: 124).

2.2

Imprensa: voz e poder

Em Petrópolis, esse grupo letrado revelou uma produção jornalística expressiva. Nota-se nesse tempo (1898 – 1906) a circulação de 54 publicações, enquadradas, por Marcelo e Cybelle de Ipanema, em classificações que as definem como: publicações em “edição única”, para datas comemorativas; “estudantis”; para “grupos étnicos” específicos (em idioma alemão); “especializados”, em prol de interesses de grupos sociais específicos; “humorísticos” (esses em maior número: 12 periódicos, entre 1899 e 1906); “literários” (assim se autodenominavam) e “eccléticos” (que se intitulavam órgãos políticos, noticiosos, comerciais, literários, artísticos e recreativos, ou também dedicados à agricultura e às finanças)³³. Ou seja, a imprensa alcança a média de seis periódicos publicados a cada ano, ao longo de um período de nove anos. Se comparada à produção hemerográfica de todo o país durante o Império (de 1808, início da imprensa no Brasil, a 1889), que soma 80 periódicos, excluindo-se as publicações da corte (IPANEMA, 1950: 36), a produção de folhas e revistas em Petrópolis é surpreendentemente abundante.

Entre os anos de 1898 e 1906 foram publicados: em “edição única” comemorativa, *Portugal-Brazil* (1900), jornal do Liceu de Artes e Ofício de Petrópolis em comemoração ao quarto centenário da Descoberta do Brasil; *1º Aniversário* (1906), pelo aniversário de fundação do Clube Musical Leopoldo

³³Dos 54 periódicos de Petrópolis publicados entre 1898 e 1906, de acordo com o levantamento de Marcelo e Cybelle de Ipanema (mais completo que o do historiador José Kopke Fróes, publicado no 1º fascículo da *Edição Especial da Tribuna de Petrópolis*, em outubro de 2002, por ocasião da comemoração pelos 100 anos daquele jornal), foram encontrados exemplares de apenas 12 jornais e de 1 revista no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Petrópolis (B.M.P.), e de 8 jornais na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional (B.N.), sendo que, desses 8, 5 também podem ser encontrados na B.M.P.. Na Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis (B.M.I.) foi encontrado somente um exemplar da revista *Verão em Petropolis* de 1902-1903. Ou seja, dos 54 periódicos, foram encontrados exemplares de apenas 16, a saber: *O Estado* (B.M.P. e B.N.); *Echo Lusitano* (B.M.P. e B.N.); *O Popular* (B.M.P. e B.N.); *Gazeta Fluminense* (B.M.P. e B.N.); *Portugal-Brazil* (B.M.P.); *Tribuna de Petropolis* (B.M.P.); *O Bohemio* (B.M.P.); *O Typo* (B.M.P.); *O Echo* (B.M.P.); *O Arara* (B.M.P.); *1º Aniversário* (B.M.P.); *Gazeta de Petropolis* (B.M.P. e B.N.); *Verão em Petropolis* (B.M.P. e B.M.I.); *Cidade de Petropolis* (B.N.); *O Povo* (B.N.); *O Comercio* (B.N.).

Miguez; *15 de Novembro* (1902), em comemoração à Proclamação da República; *Vasco da Gama* (1898), publicado pela Sociedade Portuguesa de Beneficência Comercial e Artística de Petrópolis; *Verão em Petropolis* (1902), revista lançada para divulgar os acontecimentos sociais do verão de 1902; *XX Setembro 1870* (1898), em celebração à entrada das tropas italianas em Roma. Na categoria “estudantis” circulou *O Principio* (1900), do Grêmio Fluminense.

A classificação “grupos étnicos”, dentro do período pesquisado, inclui os jornais *Brasilianisch Deutsche* (1901); *Nachrichten* (1900-01) e *Echo Lusitano* (1898-99). Na categoria “especializados” encontra-se *O Pixe* (1899), órgão defensor dos interesses dos caixeiros (comerciários). Como “humorísticos” (ou que se autodenominavam críticos, ou de entretenimento) se enquadram *A Tesoura* e *A Pena* (1899); *O Assobio* e *A Mosca* (1900); *Zé Povinho* (1901); *O Bohemio* e *O Typo* (1903); *O Paladino* e *Petropolis Elegante* (1904); *A Galhofa* (1905); *O Arara* e *Folha Moderna* (1906).

Na classificação “literários” são englobados *O Diabo* (1898) e *Revista Fluminense* (1898); *O Reverbero* (1899); *O Principio*, *A Revista* e *Gazetilha Azul* (1900); *Folha Moderna* (1906). Por último, os “eccléticos”, em que se incluem a *Gazeta de Petropolis* (1892 – 1904); *O Estado* (1897-98); a *Gazeta Fluminense* (1905) e a *Tribuna de Petropolis* (1902 aos dias atuais). Outros não foram enquadrados nas classificações citadas: *O Comércio* (1898); *Novidades* e *Reclamo* (1899); *O Piabanha* (1899); *O Popular* e *O Veloz* (1899); *O Cientiphico* (1900); *O Dia* (1900-02); *Folha Nova* (1900); *Arquivo Juridico*; *O Estado do Rio*; *O 2º Distrito*; *Tribuna Popular* e *Cidade de Petropolis* (1901); *A Chronica* e *O Povo* (1902); *O Echo* (1904); *O Periquito* (1905).

Ao longo do tempo em que manteve o status de capital da capital, a cidade teve como seu órgão de imprensa mais representativo a *Gazeta de Petropolis*. Fundada por uma associação dirigida por Thomaz Cameron (colaborador de *O Mercantil* e de *O Parahyba*, segundo jornal de Petrópolis), a *Gazeta de Petropolis* era continuação de *O Mercantil*, primeiro jornal da cidade, lançado em 1857 pelo tipógrafo e monarquista apaixonado Bartolomeu Pereira Sudré, considerado o pioneiro da imprensa petropolitana, proprietário da primeira tipografia da cidade.

Foram redatores-chefes do jornal, em períodos distintos ao longo de sua existência, Hermogêneo Pereira da Silva, médico, presidente da municipalidade e da Câmara Municipal de Petrópolis; Artur de Sá Earp, também médico,

posteriormente chefe de redação da *Cidade de Petropolis* (1901), da *Tribuna de Petropolis* (1902) e do *Diário de Manhã* (1916), e o juiz e contador Francisco Martinho Moraes, que assumiu o cargo de redator-chefe da *Gazeta*, posição que já havia ocupado no jornal petropolitano *XX Setembro 1870* (edição única, de 1898, em comemoração à entrada das tropas italianas em Roma), e que ocuparia posteriormente em *O Dia* (1900-02). Trissemanal, o periódico possuía formato semelhante ao que hoje classificamos como *standard* (os formatos dos jornais da época variavam de 47 X 32cm a 49 X 32cm, com cinco colunas).

Os editores da *Gazeta de Petropolis* procuravam abordar assuntos de interesse do público leitor (que compreendia a população fixa e a flutuante, ou seja, moradores que viviam e tiravam seu sustento da cidade; os que trabalhavam no Rio e utilizavam a cidade como dormitório e os veranistas), em oito seções, assim relacionadas, entre 1898 e 1902, período selecionado para a pesquisa desse jornal: 1. “Vida nacional” (fatos importantes ocorridos nos estados brasileiros); 2. “Echos do Estado” (fatos de destaque nos municípios do Rio de Janeiro); 3. “Camara Municipal” (conteúdo das sessões da Câmara do município de Petrópolis); 4. “Correio dos Estados” (notícias publicadas em outros jornais do país); 5. “Pela nossa cidade” (comentários do editor, notas sobre casamentos, ocorrências policiais, furtos, brigas, assassinatos, suicídios, casamentos, quem saía e chegava à cidade); 6. “De tudo” (curiosidades); 7. “Editaes” (decisões do juiz municipal referentes à divisão de bens e terras entre famílias); 8. “Chronica”.

Observa-se que o conteúdo editorial era subdividido em assuntos de interesse local (“Pela nossa cidade”; “Camara Municipal” e “Editaes”, essas duas últimas publicavam as votações da câmara de vereadores e as deliberações do juizado municipal, respectivamente) e de cunho federal e estadual (“Vida nacional” e “Echos do Estado”). A imprensa também é incluída no noticiário, em “Correio dos Estados”. O entretenimento fica por conta da seção “De tudo” e a opinião do editor em “Chronica”. Presume-se que subdividindo o conteúdo editorial de folha em temas que abordassem o local e o nacional, os editores imaginavam conquistar o leitor interessado em se manter informado; um leitor ciente da importância do acesso a um noticiário amplo, com mensagens atualizadas sobre o que acontecia na cidade, e mais ainda no Estado e no país.

Tal direcionamento se evidencia em dezembro de 1899, quando já não se observa mais a seção “Pela nossa cidade”. Nota-se outras, como “Pela

diplomacia” (notícias do corpo diplomático brasileiro e de outros países que têm embaixadas no Brasil) e “Visitas sanitarias” (onde são relacionadas as ruas e casas da cidade que receberam visitas de médicos sanitaristas). A intenção de atrair o interesse do público leitor que reside temporariamente na cidade é clara em ambas as seções. “Pela diplomacia” revela características como o cosmopolitismo desse público (para quem o diplomata é um privilegiado, aquele que viaja às expensas do poder público e que mantém os olhos voltados para o exterior), ressaltado pelo fato de todo o corpo diplomático se deslocar para a serra durante a estação calmosa, movimento impulsionado pela transferência da administração do poder federal para Petrópolis no verão. A salubridade também é aclamada e denota a idéia do progresso pela ciência, tendência confirmada pela presença de médicos como redatores-chefes do periódico. O texto abaixo, de 1898, deixa clara a preocupação com o estado sanitário de Petrópolis, fator que a distinguia, com louvores, do Rio.

O deputado Sr. João Werneck, justificou em sessão de antehontem um projecto auctorizando o Presidente do Estado a despendere, pela verba de obras publicas, a quantia de 200,000\$000 annualmente em obras necessárias ao saneamento desta Capital. A Gazeta de Petrópolis, tendo em numerosos artigos, muitos dos quaes firmados pelo illustrado Dr. Souza Lima, auctoridade na matéria, sustentando a indeclinável necessidade de conservar-se a salubridade desta capital, applaude a idea consignada no projecto do Sr. Werneck (*Gazeta de Petropolis*, 1º/12/1898).

A *Gazeta*, como autoridade na defesa do saneamento da cidade, é também o suporte textual dos “Editaes”, que incluem o código de posturas de Petrópolis definido pela câmara municipal. As decisões da câmara incluíam regras e normas para a ocupação da cidade, como a pintura anual dos prédios e casas, o controle de moléstias transmissíveis e a definição de regras para a caça de animais silvestres na cidade e em seu entorno. “Art 222. Sempre que se manifestar algum caso de varíola, diphteria, typho, febre amarella, (...) devera o medico assistente dar do facto participação escripta e emmediata a Camara Municipal, sob pena de cem mil reis de multa” (*Gazeta de Petropolis*, 3/12/1901).

A preocupação com a salubridade é igualmente evidenciada na *Gazeta Fluminense*. O periódico de conteúdo político e econômico teve vida efêmera

(durou apenas um ano), porém se constituiu em órgão representativo da imprensa petropolitana³⁴. Em 1º/12/1905, assim como em quase todas as edições, publicou a seção “Estado Sanitario da Capital Federal”. O texto apresenta levantamento das moléstias que acometeram a população do Rio. Não haveria aí uma intenção, ainda que não declarada, de se evidenciar a superioridade de Petrópolis sobre o Rio, nesse quesito? Enquanto a cidade de Pedro mantinha-se elegante e livre dos riscos de contaminação por mosquitos transmissores das mais variadas endemias e das doenças do aparelho respiratório³⁵, no Rio vidas eram perdidas em decorrência desses males, um volume impressionante de mortes em poucos dias:

“Estado Sanitário da Capital Federal”- durante a semana de 20 a 26 do corrente falecera duzentos e noventa e seis pessoas, das quais sessenta e uma de tuberculose pulmonar, cinquenta e três de moléstias do apparelho digestivo, trinta e oito de moléstias do apparelho respiratório, duas de febre amarella e três de varíola. Ficarão em tratamento no hospital de S. Sebastião trinta e quatro enfermos de varíola e um de peste (*Gazeta Fluminense*, 1º/12/1905).

Editado por uma associação firmada entre Henrique Marinho (proprietário do jornal, ex-colaborador da *Gazeta de Petropolis* e do periódico em edição única *Vasco da Gama*, onde também colaborou Olavo Bilac), Eugenio Werneck (professor, fundador do Colégio Werneck, que funciona até hoje na cidade), Oscar Fleury (redator-chefe), Emilio Kemp (redator de *O Comercio* e da *Revista Fluminense*, ex-colaborador da *Gazeta de Petropolis*) e Aristides Werneck (advogado e professor, ocupou cargos políticos no município e colaborou em outros jornais e revistas de Petrópolis), a *Gazeta Fluminense* já havia sido publicada em 1889, como sucessora de *O Diabo*, periódico petropolitano de 1898, dirigido por Henrique Marinho.

Trissemanal, editada no mesmo formato da *Gazeta de Petropolis*, a *Gazeta Fluminense* apresentava conteúdo editorial subdividido em dez seções, entre fixas, semanais e mensais: 1. “Agenda” (nome e endereço de médicos, advogados,

³⁴Não se observou registros, no próprio jornal, sobre os motivos que impulsionaram o encerramento de suas atividades, porém se observa em todos os periódicos analisados comentários do editor sobre a falta de pagamento das assinaturas, fato que prejudicava a sobrevivência das folhas.

³⁵No início do século XX o Sanatório de Corrêas, em Petrópolis, se converteu em destino dos tuberculosos de todo o país, que para lá acorriam em busca de tratamento para a doença.

engenheiros, dentistas; 2. “Estado Sanitario da Capital Federal”; 3. “Folhetim”³⁶; 4. “Mercado monetário” (valor da moeda em Nova Iorque e em mercados da Europa); 5. “Mercado de Petropolis” (cotação do valor de sacas de milho, fubá, feijão e café, além de batatas e toucinho); 6. “Títulos do Estado” (mercado de ações); 7. “Camara Municipal” (despachos); 8. “Politica Fluminense” (notícias do partido republicano); 8. “Bispado de Petropolis” (expediente do mês); 9. “Chronica” (ensaios e opinião do editor); 10. “Pelo Municipio” (comentários do editor sobre a política municipal). Nota-se na *Gazeta Fluminense* características até então não observadas na *Gazeta de Petropolis*: além do noticiário financeiro, político e voltado para a divulgação dos serviços de profissionais liberais, o que se evidencia nas seções “Agenda”, “Mercado Monetario”, “Mercado de Petropolis”, “Titulos do Estado” e “Politica Fluminense”, os editores em “Chronica” e “Politica Municipal” se voltam para a denúncia dos problemas da cidade. Nesse momento sobressaem os registros da desordem, não obstante se ressalte que Petrópolis deva receber toda a atenção das autoridades municipais, estaduais e federais em prol da preservação de seus atributos especiais e diferenciados, ainda que para isso seja necessário pulso forte dos representantes do poder público.

“Domingo”- (...) E é bem duro dizel-o: quem vem á nossa terra a passeio pela primeira vez, contando ver a cidade de luxo, com o espírito preparado para boas impressões, interna-se logo na avenida principal das casas velhas! É verdade que o máo juízo que ali fazem se desvanece ao percorrerem as outras avenidas; mas, porque não se cuida desse melhoramento? Porque não se obriga esses proprietários a levantarem sobrados de estylo, a bem da hygiene e da fama de que gosa e que merece a nossa terra? Acredito que nada nesse sentido é impossível, de ante das transformações maravilhosas por que tem passado o Rio de Janeiro em tão curto lapso de tempo; e é por isso que acho razoável essa medida em Petrópolis; residencia do Presidente da Republica no verão, residência do corpo diplomático; e fonte de ares puríssimos em que bebe a elite da sociedade fluminense”.(...) *Horacius.(GazetaFluminense, 10/12/1905).*

³⁶O folhetim “Harlette” (autor desconhecido), traduzido do francês, foi publicado em 53 capítulos. Em 9/8/1905 é publicada, em 15 capítulos, peça em três atos (“Homem para homem”), de Thomaz Cameron (ex-colaborador de *O Mercantil* e *O Parahyba* e da *Gazeta de Petropolis*). Em 15/9/1905 o folhetim assinado por André Lichtenberger, intitulado “A irmasinha de Troth”, é publicado até o 40º capítulo, quando o jornal encerra suas atividades.

O cronista, sob a máscara do pseudônimo³⁷, e ao que tudo indica ferrenho defensor da ordem e da harmonia na paisagem da cidade, compara o aspecto das edificações na avenida principal de Petrópolis (Rua do Imperador, no período monárquico, Avenida 15 de Novembro, após a Proclamação) às construções da Avenida Central, no Rio. Chega a sugerir que se obrigue os proprietários de prédios a construir sobrados com aparência e altivez semelhantes às das edificações na avenida aberta por Pereira Passos, em prol da higiene e da fama de que goza Petrópolis. Para o cronista, os signos do aspecto físico devem corroborar aquele imaginário edificante, a imagem não pode ser desfocada por sinais desestabilizadores. O discurso da cidade letrada e a leitura do olhar devem pronunciar o mesmo idioma, sob a pena da decadência e do fantasma ameaçador da desordem urbana. Complementa o editor, dias depois:

Abandonada - (...) Não são somente os melhoramentos e transformações por que está passando a Capital da Republica a causa dessa decadência (*de Petrópolis*); alguns tanto culpados são os poderes publicos que, desde a mudança da capital para Nicteroy, nada mais tem feito em seu favor (...) Os excessivos impostos que pesão sobre o commercio, industria e proprietarios, as elevadas tarifas de estradas de ferro, o difficil e custoso transporte de passageiros, são também causa essencial da decadência para a qual Petrópolis caminha a passos largos (...) (*Gazeta Fluminense*, 17/12/1905).

2.3

Construções do imaginário urbano

García Canclini, em *Consumidores e Cidadãos*, explica que os imaginários urbanos são constituídos pela memória, e também por circuitos e cenários idealizados utilizados pelos habitantes da cidade como forma de apropriação do território urbano (CANCLINI, 1999: 138). Cenários idealizados, rituais de consagração, as construções discursivas confirmam os signos do desenvolvimento e da harmonia física e social da cidade como produtos de uma “aliança social (...), resultado de operações de seleção, combinação e encenação, que mudam segundo os objetivos das forças que disputam a hegemonia e a renovação de seus pactos” (CANCLINI, 1999: 150).

³⁷Não foi identificada a identidade do cronista.

A cidade como espaço de apaziguamento e símbolo do ideal de civilização, assim como também a cidade ameaçada por forças externas de desestruturação da ordem encontram, nas representações de Petrópolis na imprensa, suas melhores metáforas. Esse imaginário, formado pelas narrativas midiáticas, lugares de memória, equilibra as múltiplas visões sobre a cidade, como o texto abaixo, escrito por cronista, sob as iniciais A.C., na seção “Cotas aos Casos”, do *Jornal do Brasil*, e transcrito na *Tribuna de Petrópolis*:

Quem ama o luxo, o convívio de diplomatas, o regimen europeu, encontra em Petrópolis meios de satisfazer as suas predilecções. Deseje alguém retrahir-se do bulício social, isolar-se, dedicar-se ao estudo e á familia, e Petrópolis lhe deparará aprazível solidão. Dispõe de recursos para a vida larga e complicada dos millionarios e de amenos refugios para as almas sequiosas de paz. A dois passos do Rio de Janeiro, distingue-se deste em tudo. Não há no mundo outro exemplo de duas localidades tão proximas e tão differentes uma da outra. Iludem-se os que apregoam a decadencia de Petrópolis. Não continuará, talvez, tão aristocratica e brilhante como outr’ora. Tornou-se, em vez de simples abrigo de verão importante, centro industrial e escolar. Ascende a milhares a sua população operaria e a dos collegios que alli funcçionam e prosperam (...) (*Tribuna de Petrópolis*, 13/12/1906).

O abrigo de verão importante tornou-se próspero centro industrial e escolar, como nos relata o cronista. Todavia, nos primeiros anos do século XX, a cidade do luxo, de regime europeu, também enfrenta os rumores da decadência, fato acentuado pela transferência da sede do poder público estadual para Niterói, após dez anos de prosperidade, e das reformas urbanas do Rio, que evidenciavam distinções arquitetônicas e urbanísticas entre as duas cidades. A cidade construída na serra, em meio à exuberância da mata atlântica, detentora de um palácio edificado para o lazer do imperador, que adentrara o novo regime sem perder a aura mítica que a tornava peculiar diante das demais cidades brasileiras, abriga agora, em seus próprios veículos de comunicação, leituras diferenciadas de seu cotidiano.

Se, no passado, os registros da desordem se revelaram na escravidão (estampada na seção de classificados de *O Parahyba*), no destino dado às ruas, ao longo da ocupação da cidade (comentado em texto ensaístico assinado pelo botânico Jean Baptist Binot, ainda naquele jornal), ou na crônica de Machado de Assis (publicada na coluna “A Semana” da *Gazeta de Notícias*, em 22/01/1893),

como observado no capítulo anterior, na nova realidade vinham em forma de comentários transcritos ou escritos pelos próprios editores dos periódicos locais. De qualquer forma, é importante destacar que os discursos atribuem a forças externas caluniadoras específicas, inimigas da cidade, os relatos sobre uma suposta realidade urbana fissurada.

Com essa postura, revelam que a estrutura do discurso não é uma totalidade fechada em si mesma: permite brechas onde outras imagens podem emergir. Entretanto, nos três periódicos os editores não abdicam de sua missão como propagadores e defensores de um sonho de ordem e de harmonia urbana e social – ideal a que a cidade serrana, ao menos para eles, se encaixava com perfeição – e de sua autoridade como vozes emissoras dessa mensagem. Daí a necessidade de lutarem pela manutenção desse lugar diferenciado de onde se emitem essas vozes, construtoras do imaginário urbano. No dizer de Marialva Barbosa, “a escrita deve ser vista como elemento básico de construção seletiva da memória, que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores desse operação como detentores de poder” (BARBOSA, 2000:107). Por esse viés, a linha editorial da *Tribuna de Petropolis* se equipara à dos demais periódicos.

Inicialmente bissemanal, propriedade de um grupo chefiado pelo coronel Antônio Martins de Oliveira, conceituado leiloeiro com aspirações políticas, e tendo como diretor e redator o capitão Gabriel Augusto Nogueira³⁸, a *Tribuna* substituiu o periódico *O Povo*, que circulou de julho a outubro de 1902. Sabe-se que esse jornal se intitulava defensor dos interesses do povo petropolitano e incomodava o governo de Quintino Bocaiúva, então presidente do Estado do Rio (1900-1903). Em poder de um grupo, a *Tribuna* apresentava no cargo de diretor Walter João Bretz, ex-colaborador da *Gazeta de Petropolis* e que, alguns anos depois, assinaria seus artigos na imprensa petropolitana sob o pseudônimo de “João de Petrópolis”, provavelmente tendo por modelo João do Rio.

Na edição especial em comemoração ao centenário do jornal, publicada em fascículos em 2002 e 2003, o historiador Oazinguito Ferreira da Silveira Filho

³⁸Não foram encontradas mais informações sobre G. Nogueira ao longo da pesquisa. Sabe-se que permaneceu apenas duas semanas no cargo, sendo substituído por Arthur Alves Barbosa, considerado o nome que deu alma ao periódico, futuro pai da imprensa diária petropolitana ao tornar a *Tribuna* jornal diário, em 1908 (FILHO, 2002: 6).

lembra que a *Tribuna*, com Arthur Alves Barbosa no comando da redação, sofreu ameaças de invasão e empastelamento. Sob o pseudônimo de Carlos Ferraz, na seção “Cartas ao General Quintino”, Arthur Barbosa apontava erros da administração de Quintino Bocaiúva, que, por sua vez, defendia a volta da capital do Estado para Niterói, o que contrariava interesses econômicos da elite petropolitana (FILHO, 2002: 7-11). A transferência foi de fato concretizada em agosto de 1902.

Diferentemente da *Gazeta de Petropolis* e da *Gazeta Fluminense*, não se observa na *Tribuna* a subdivisão do conteúdo editorial em seções definidas³⁹, fixas, semanais ou mensais, à exceção de “Camara Municipal” (assuntos debatidos pelos vereadores) e de “Editaes” (decisões do juiz municipal), seções anteriormente publicadas na *Gazeta de Petropolis*. Observa-se que os assuntos referentes à cidade são publicados com títulos e subtítulos (o que também era possível notar nos demais jornais, mas na *Tribuna* com mais evidência), que indicavam o assunto que seria abordado pelo redator, em formato de artigo, ou como notícia, algumas já acompanhadas por fotografias.

Tal conduta aponta a aproximação da *Tribuna* com a imprensa em que “vendia-se informação como se vendia qualquer mercadoria” (SODRÉ 1983: 275). Naquele momento, a folha já apresentava o acontecimento segundo um formato que se aproximava daquele que a imprensa dos grandes centros colocava em voga, mais comercial, para um público ávido por informação. Diferentemente dos demais jornais do período – alguns constituídos como associações formadas por homens de poder, outros como iniciativas individuais – era propriedade da firma Oliveira & Cia, ou seja, assumia contornos de empresa. Como explica Nelson Werneck Sodré: “O jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. (...) É agora muito mais prático comprar um jornal do que fundar um jornal” (SODRÉ, 1983: 275-276). De fato, a *Tribuna* nasceu após adquirir o passivo de *O Povo*, que também pertencera a um grupo. Tais condutas denotam que novas relações sociais e econômicas emergiam, assim também como a maneira de se apresentar os fatos.

³⁹No período em que se pesquisou a *Tribuna de Petrópolis* (1902-1906), vê-se a publicação, em capítulos, a partir de 16/04/1903, do romance “Forte como a morte”, de Guy de Maupassant.

“Ponte da Bacia” – Inauguração – Manifestação do povo – Aspecto do local – Foi um verdadeiro acontecimento a inauguração da artística ponte metálica que hoje se ostenta na nossa principal avenida, sobre a bacia onde se encontram os dois rios que cortam a cidade. Petropolis nunca se apresentou tão prazeteira como no dia de antehontem...” Por não terem ficado promptos os “clichês” que mandamos fazer de varias vistas do local, só depois de amanhã as estamparemos em nossa folha. Os clichês estão sendo feitos pelo sr. J. Garcia, habil artista do Rio e encarregado do serviço de gravuras da importante revista “Kosmos”. *As fotos foram publicadas dois dias depois, na primeira página da edição de quinta-feira, 6/12 [grifo meu] (Tribuna de Petropolis, 4/12/1906).*

Na notícia acima, intitulada “Ponte da Bacia”, antes de narrar o acontecimento propriamente dito o editor redigiu palavras-chaves para antecipar, de fato explicar, o que seria contado. Em seguida, observa-se que o jornal “cobriu” o ato de inauguração da ponte, contextualizando as manifestações populares em função do acontecimento e registrou, com fotografias, o aspecto do local. Neste caso nota-se que, quando o tema se refere ao cotidiano da cidade, seja a denúncia (como vimos no artigo sobre a má conservação dos prédios na avenida principal da cidade), seja a abordagem de um fato que merece destaque (a inauguração da artística ponte metálica registrada pela moderna técnica, desenvolvida por artista da renomada e cosmopolita *Kosmos*), o narrador, na primeira pessoa do plural, se dirige ao leitor tratando a cidade, e até mesmo o jornal, como bens que pertencem a ambos.

“Nossa principal avenida”, “nossa folha” são argumentos de sedução e de aproximação, tanto pelo viés do discurso da posse da cidade e do meio de comunicação como estratégia de concessão de poder àquele leitor culto, íntimo e privilegiado, como pela vertente de tornar a informação, pela tecnologia da foto, um bem acessível ao consumidor letrado ou ao não letrado daquela folha. Em ambas as situações é o jornal, identificado com a modernidade, que detém esse poder. Ora se aproximando de um jornalismo moderno, com a notícia subdividida em título e subtítulos, acompanhada da imagem, ora exercendo o jornalismo artesanal, com o narrador na primeira pessoa do plural conversando com o leitor, esses periódicos corroboram o poder daquela imprensa, agora, mais do que nunca, amparada pela técnica:

“Vistas de Petropolis”- Começamos hoje a estampar em nossas columnas algumas vistas desta cidade, de seus edificios e de seus estabelecimentos industriaes e commerciaes. Devemos isto à gentileza dos directores do Grande Annuario Brazil-Portugal, que cederam a esta folha varios “clichês” das photogravuras, que vão figurar nessa grande obra”. *Na edição, fotogravura da Pharmacia Central* [grifo meu] (*Tribuna de Petropolis*, 26/12/1903).

E eram seus proprietários ou redatores-chefes, que ocupavam cargos políticos, ou patentes militares de destaque, ou ainda atuavam em atividades profissionais de projeção na cidade – certamente todos com ambições literárias –, os articuladores da memória e do imaginário de Petrópolis. Por intermédio dos jornais, e também das revistas, esses homens-memória disputavam a hegemonia das representações discursivas e, conseqüentemente, espaços privilegiados na luta pelo poder. Homens que circulavam da política, advocacia e medicina para a imprensa. E se a cidade ainda não produzira um nome de relevo nas belas-letras, não importava: “importavam-se” nomes de vulto da literatura nacional para suas folhas e revistas, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Affonso Celso, Osório Duque Estrada, Souza Lima e Quintino Bocaiúva, homens que também faziam da escrita uma atividade em paralelo à ocupação de cargos na administração pública. De qualquer forma, a redação dos periódicos petropolitanos estava nas mãos de um grupo restrito que circulava de um periódico ao outro, como proprietários, redatores-chefes ou colaboradores.

João Roberto d’Escragnolle foi um deles. À exceção dos demais, contudo, dedicou sua vida profissional inteiramente ao exercício do jornalismo. Ex-correspondente, em Petrópolis, do vespertino carioca *A Notícia*, lançou, em janeiro de 1900, sob o pseudônimo de Roberto d’Alle e em parceria com Júlio de Castro e Álvaro Castanheda, o jornal literário semanal *Gazetilha Azul*. Em abril de 1903 editou, juntamente com Leôncio Corrêa⁴⁰, a revista mundana *Verão em Petropolis*. Fundou a primeira agência de publicidade de Petrópolis, Agência Alex, responsável pela criação do slogan “Um dia em Petrópolis é o melhor tônico”. Colaborou em quase todos os jornais da cidade, algumas vezes também com outro pseudônimo, Marcelo Melo. Foi um dos fundadores do Círculo de Imprensa e do Centro de Imprensa, instituições de classe dos jornalistas locais, e

⁴⁰ Ao longo da pesquisa, não foram encontrados registros sobre as biografias dos jornalistas Júlio de Castro, Álvaro Castanheda e Leôncio Corrêa.

ajudou a fundar, em agosto de 1922, a Associação Petropolitana de Ciências e Letras, atual Academia Petropolitana de Letras⁴¹.

Não se tem muitos registros sobre o jornal *Gazetilha Azul*, tampouco exemplares desse periódico. Porém, a *Verão em Petropolis*, considerada pelo historiador Gabriel Kopke Fróes uma “excelente revista”⁴² e publicada pela primeira vez em edição única no ano de 1903, tematizou a vida mundana de Petrópolis ao longo do verão de 1902. Sabe-se que foi posteriormente reeditada nos anos de 1908, 1914, 1921, 1923, 1924, 1930 e 1931⁴³, sendo que em alguns anos pelo filho de João Roberto, Luiz Affonso d’Escragnolle. Contudo, após a edição única de 1903 a *Verão em Petropolis* foi reeditada em versões menos luxuosas e em formato menor, mantendo conteúdo editorial semelhante.

A edição aqui analisada se encaixa no que Nelson Werneck Sodré classifica como publicação alienante, de fato o traço dominante dessa “literatura artificial”, que “correspondia, no fim das contas, às condições materiais do país, e encontrava perfeita consonância na atividade política, limitada ao estreito círculo da ‘elite’” (SODRÉ, 1983: 300). Esse mesmo traço caracterizava as revistas ilustradas⁴⁴, que de fato resultam de mudanças na imprensa no período, que passa a separar o noticiário da literatura.

As revistas ilustradas, aparecendo na fase em que imprensa e literatura se confundiam e como que separando, ou esboçando a separação entre as duas atividades, submeteram-se, inicialmente, ao domínio da alienação cultural então vigente, buscando emancipar-se depois, ao se tornarem principalmente mundanas, e até femininas umas, e principalmente críticas outras (SODRÉ, 1983: 302).

Se a crítica não ocupava as páginas da *Verão em Petropolis*, o mundanismo e o traço feminino abundavam. Ali, o repórter que tudo vê e relata, com a total aprovação dos “encantadores”, descreve bailes, piqueniques e, em

⁴¹Informações obtidas no site que contém os arquivos digitalizados do historiador Gabriel Kopke Fróes, do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP): www.earp.arthur.nom.br.

⁴²Idem.

⁴³Alguns exemplares podem ser pesquisados na Biblioteca do Museu Imperial (B.M.I.) e no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Petrópolis (B.M.P.). Não foram encontrados registros que expliquem os motivos de tais flutuações na publicação da revista, tampouco o ano exato em que João Roberto d’Escragnolle deixou de editá-la, passando a tarefa para seu filho.

⁴⁴No início do século XX se destacam, no Rio, a *Revista da Semana* e a *Ilustração Brasileira* (1901); *O Malho* (1902); *Kosmos e Renascença* (1904); *Fon-Fon* (1907) e *Careta* (1908) (SODRÉ, 1983: 303).

detalhes, os trajes das senhoras, como se relatasse o evento ao vivo, de acordo com o ritmo exigido pela modernidade. Por esse viés, parecia justificável que Petrópolis, por onde circulava a *élite* da capital da República, editasse um veículo de comunicação como aquela revista, suporte para a crônica elegante. Talvez essa tenha sido a motivação que impulsionou seus editores a publicá-la; talvez, também, aquele período de tempo, dedicado ao mundanismo, como monumento comemorativo refletisse, da forma mais pura, o ser moderno, individualista, que passara a separar ócio e negócio, e que fizera do lazer, prazer. Daí Petrópolis se converter em espaço privado onde se criara o mito de uma

espantosa sociedade temporária, fundada no jogo-espetáculo: passeios (...), festas, bailes. Essa vida de jogo-espetáculo é ao mesmo tempo a acentuação de uma vida privada onde se travam, de modo mais intenso que na vida cotidiana, relações, amizades, flertes, amores (MORIN, 2002: 74).

Assim, Eusápia, uma das cidades invisíveis de Italo Calvino⁴⁵ se materializava, para aquele imaginário urbano, na cidade de Pedro, onde a sociedade temporária, fundada no jogo-espetáculo, ganhava representações ímpares pela mediação das narrativas midiáticas.

Representações ímpares igualmente observadas em autores como Lima Barreto e João do Rio, que irão retratar Petrópolis em romances e na crônica mundana. Ora de forma irônica e crítica (Lima Barreto), ora de forma a apresentá-la como cenário onde se descortinam as cenas do teatro mundano (João do Rio), as representações da cidade serrana em ambos os autores revelam o refinamento daqueles olhares sobre a realidade, deixando entrever a trama complexa do contexto social da nação. As discussões em torno da questão imprensa/literatura

também irão aflorar nos dois intelectuais, corroborando o debate sobre os novos papéis dos homens de letras, como veremos no próximo capítulo.

⁴⁵Em Eusápia, os vivos construíram, no subsolo, uma cidade para seus mortos e lá eles (os mortos) realizavam atividades prazerosas. Daí a necrópole ser “apinhada de caçadores de leões, meios-sopranos, banqueiros, violinistas, duquesas, concubinas, generais, em número maior do que jamais contou a cidade vivente (...) Assim, a Eusápia dos vivos começou a copiar a sua cópia” (CALVINO, 2003: 105-106).